

Plenário aprova MP que muda acesso a documentos secretos

Papéis do governo considerados ultra-secretos podem permanecer sob sigilo por mais de 60 anos. Alteração é prevista no projeto de conversão da medida provisória aprovado pela Câmara e acolhido ontem pelos senadores, depois de três horas de intenso debate no Plenário

Página 3



POLÊMICA A medida provisória que disciplina o acesso a documentos ultra-secretos foi debatida por três horas no Plenário e aprovada com 31 votos favoráveis e 24 contrários

Reforma universitária recebe críticas

Proposta do governo foi criticada por quatro especialistas convidados pela Comissão de Educação para a segunda rodada de debates. Um senador chegou a sugerir a extinção do Ministério da Educação.

Página 8

Comissões discutem a Amazônia

Os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, devem participar de audiência sobre o Plano da Amazônia Sustentável, a ser realizada por três comissões no dia 3 de maio.

Página 7

Senado poderá devolver MPs, afirma Renan



"Ou o governo deixa de emitir medidas provisórias em profusão, ou o Plenário terá de devolver, sim, essas MPs"

- Renan Calheiros, na sessão de ontem do Senado

Aparalisa do Senado, causada pelas medidas provisórias, "está chegando às raias do insuportável", advertiu o presidente da Casa, Renan Calheiros. "Precisamos colocar um ponto final nisso", acrescentou. Renan observou que, de cada dez leis aprovadas no Brasil, sete são provenientes de medidas provisórias. Frequentemente trancada por MPs, a pauta do Senado tem 135 propostas à espera de deliberação dos senadores. A advertência e o apelo em favor de uma solução tiveram amplo apoio entre os senadores. Presidente da comissão mista que examina novas regras para tramitação de medidas provisórias, Antonio Carlos Magalhães sugeriu que Renan estabeleça prazo máximo de 15 dias para regulamentação das novas regras sobre o assunto. Líder do governo, Aloizio Mercadante defendeu o Executivo, mas concordou em transformar em projeto MPs sem urgência.

Página 4

Comissão de Justiça debate intervenção na saúde do Rio

Brossard considera ilegal o ato do governo federal, defendido pelo Ministério da Saúde

Página 6



MARCA Em pontos remotos do território, diz Lobão, os militares são o único sinal da presença do Estado

Lobão saúda Exército pelos seus 357 anos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) saudou o Exército brasileiro pela passagem de seus 357 anos, cujas comemorações foram iniciadas em 11 de abril. A trajetória da corporação remonta à primeira metade do século 17, quando aconteceram as batalhas de Guararapes, em que os holandeses foram derrotados.

– A história do Exército brasileiro confunde-se com a história da pátria, e isso precisa ser constantemente proclamado – destacou.

O Exército, segundo o parlamentar, oferece à nação a segurança da integridade territorial, graças ao perfeito entrosamento com a Marinha e a Aeronáutica. Além disso, ainda segundo Lobão, a tropa tem exercido importante função social em pontos remotos do território, onde os militares são o único sinal da presença do Estado.

– Para muitos jovens que prestam o serviço militar, as Forças Armadas são uma escola e uma garantia de subsistência. Ali, adquirem conhecimentos elementares, aprimoram o sentido da disciplina e recebem noções básicas que melhoram sua qualidade de vida – frisou.

Agenda

Duas MPs ainda obstruem trabalhos no Plenário

O Plenário promove sessão às 14h. Duas propostas ainda trancam a pauta de votações, impedindo a deliberação sobre outros itens da pauta. A primeira é a medida provisória que trata de prazos para que as entidades de prática esportiva façam o resgate dos recursos da loteria a elas reservados (MP 229/04) e a segunda libera recursos do Orçamento para ministérios (MP 230/04).

Relações Exteriores analisa indicações para embaixadas

A indicação de três nomes para embaixadas brasileiras no exterior está na pauta da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 10h. Vão ser examinadas as designações dos diplomatas



Roberto Pessoa da Costa, Paulo Cordeiro de Andrade Pinto e José Vicente de Sá Pimentel para, respectivamente, a chefia das representações diplomáticas na República dos Camarões, no Haiti e nas Maldivas.

Renan conversa sobre CPI da imigração ilegal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, receberá em audiência, às 12h30, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) e parlamentares que assinam o requerimento de instalação da comissão de inquérito para tratar

da imigração ilegal. Antes, às 10h, Renan participa de reunião da Mesa diretora, com a participação das chefias das secretarias de Informática, de Editoração e Publicações e de Comunicação Social da Casa.



Comissão da CPI da Exploração Sexual elege presidente e vice

Os parlamentares elege hoje, às 11h, a mesa diretora da comissão mista criada para acompanhar a implementação das providências solicitadas

pelo relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual. A CPI apresentou o parecer no fim do ano passado, no qual foi

determinado o indiciamento de autoridades suspeitas de envolvimento em atos de exploração sexual de crianças e de adolescentes.



Dedução de doações a fundos em prol da criança

O primeiro dos nove itens da pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), prevista para as 11h30, é a proposta que permite a dedução do Imposto de Renda para doações aos fundos dos direitos da criança e

do adolescente – nacional, estaduais e municipais (PLC 51/04). A CAS pode votar ainda proposta que dá prioridade aos idosos no recebimento da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (PLS 26/04).

Questão racial

A Subcomissão Permanente da Igualdade Racial e Inclusão, que funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), realiza reunião a partir das 10h. Em pauta, requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) solicitando audiência pública para discutir questões raciais.

Fale com o Senado

Alô Senado, serviço de relacionamento da Casa com o cidadão, recebe diariamente sugestões, dúvidas e denúncias da população. Para participar, basta ligar 0800 61-2211 ou enviar mensagens para alosenado@senado.gov.br. As demandas são encaminhadas aos órgãos de competência.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



AÇÃO Arns saudou a criação de colegiado para tratar dos interesses dessa parcela da população

Arns quer atenção para portadores de deficiência

A adaptação das dependências do Senado Federal para a recepção adequada dos portadores de necessidades especiais foi defendida ontem pelo senador Flávio Arns (PT-PR). Ele saudou a criação da Subcomissão de Assistência Social aos Portadores de Necessidades Especiais, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Os portadores de deficiência são, hoje, 10% da população, e todos contribuem para a construção do Brasil.

Heloísa Helena (PSOL-AL) pediu que as sessões da Casa, pela TV Senado, saiam também na linguagem de sinais.



EXCLUSÃO Servidores federais nos ex-territórios não recebem todos os direitos, denuncia Fátima Cleide

Fátima Cleide vê perda salarial em ex-territórios

Fátima Cleide (PT-RO) alertou para a situação salarial dos funcionários públicos dos ex-territórios, principalmente de Rondônia. Conforme a senadora, o governo deixou de fora do Orçamento provisão para inclusão de 36.578 servidores em sua política de reajuste.

Os trabalhadores admitidos sob a vigência dos ex-territórios, segundo ela, foram colocados em “situação desconfortável”, passando a integrar o que se chama de quadro em extinção. Desde o governo passado, eles vêm sendo excluídos das vantagens concedidas aos demais funcionários públicos.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

As regras para acesso a documentos secretos

■ Últimas informações sigilosas do regime militar deverão ser conhecidas apenas em 2045

O Senado aprovou ontem, depois de intenso debate, o projeto de conversão da medida provisória que altera as normas de acesso a informações sigilosas do governo brasileiro. Os senadores concordaram com o texto votado recentemente pelos deputados, que restringe ainda mais os casos em que documentos classificados como ultra-secretos poderão permanecer sob sigilo por mais de 60 anos. O projeto vai

agora à sanção do presidente da República.

O projeto de conversão da MP 228/04 cria, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, à qual caberá decidir se um documento ultra-secreto deve ser mantido em sigilo depois de 60 anos. Os deputados e os senadores determinaram que só pode haver essa ampliação de sigilo quando a divulgação ameaçar a soberania do país, a integridade territorial ou as relações internacionais. Foram excluídos dessa possível ampliação de prazo de sigilo todos os documentos que tratam de política interna, desde que não afetem as relações internacio-

nais do Brasil.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), sustentou que as alterações promovidas nessa área pelo governo Lula tornaram mais democrático o tratamento de assuntos sigilosos. Assim, a seu ver, a Comissão de Averiguação poderá determinar sigilo, após os 60 anos, por apenas uma vez. Os opositores contestaram, por enxergarem a possibilidade de manutenção de restrição eterna para alguns documentos.

– O grande avanço da medida provisória e do projeto de conversão é a criação de mecanismos abertos e transparentes para a manutenção de sigilo de certas informações e docu-

mentos – ponderou o relator da matéria, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ele afirmou que a legislação brasileira nessa área é agora mais avançada que a dos países europeus, exceto a Suécia.

Classificação

A legislação determina que os documentos públicos terão até quatro classificações, fixadas pelos órgãos que os produziram – documentos ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados. O sigilo será de 30 anos, prorrogáveis por mais 30 anos. Só as informações e os documentos ultra-secretos poderão ser objeto de permanência de sigilo, pelo tempo que a nova Comissão de Averiguação determinar.

Documentos que tratam, por exemplo, do regime militar pós-64 não devem ser objeto de manutenção do sigilo (exceto se envolverem as relações internacionais do país). Assim, a partir de 2024 deverão ser liberados os documentos do regime militar que ainda estão protegidos. Os últimos documentos desse período, governo João Baptista Figueiredo, devem ser conhecidos apenas em 2045.

Quanto àqueles que tratam da vida privada, honra, intimidade e imagem das pessoas, continuarão restritos por um prazo máximo de cem anos, a contar da data de sua produção, como já previa a primeira lei, do governo Collor, sobre o assunto.

“O povo precisa conhecer o seu passado”

Ao discutir a medida provisória que, alterada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/05, modifica e estabelece os prazos de sigilo para os documentos oficiais, Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a total abertura dos arquivos brasileiros, por considerar que “o povo precisa conhecer o seu passado”. Ele afirmou que é preciso saber o que ocorreu durante o período da ditadura militar, em especial na guerrilha do Araguaia (conflito armado no estado do Pará entre 1973 e 1974, onde ocorreram muitas mortes), nos departamentos de repressão, como a Operação Bandeirante (Oban) e os departamentos de Ordem Política e Social (Dops).

Suplicy reconheceu, entretanto, que a abertura desses arquivos pode trazer revelações inesperadas ou desagradáveis. Como exemplo, citou informações que manchem a reputação de políticos do passado, ou dados que mostrem a existência de planos de guerra envolvendo os países vizinhos,

o que poderia provocar um estremecimento de relações.

O líder do governo, Aloizio Mercadante, observou que, com a aprovação do PLV, o Brasil ficará bem à frente de outros países em relação à legislação sobre documentos sigilosos. Ele ressaltou que nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, o acesso a alguns dados é bastante restrito.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) assegurou que o projeto representa, da parte do Executivo, uma perigosa “flexibilização de princípios”. Segundo ela, o governo editou a MP porque “não teve coragem de abrir os arquivos dos Doi-Codi da vida”.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) anunciou voto contra a admissibilidade da medida provisória.

– O sigilo pode ser importante, mas não eterno.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que o PLV tem imperfeições. Um dos problemas seria o fato de a Comissão de Averiguação e



DIVERGÊNCIAS Senadores aprovaram projeto que vai à sanção do presidente da República, mas discordaram sobre aspectos da iniciativa

Análise de Informações Sigilosas ser formada apenas por membros do Executivo, sem participação da sociedade civil. No entanto, declarou-se favorável à aprovação.

– Devemos fazer uma história à base da verdade. Que

apareça a história brasileira na sua inteireza.

“Reacionário”

Para o senador Almeida Lima (PSDB-SE), o PLV é “ridículo e reacionário”. Além de afirmar que a matéria não cumpre os requisitos de urgência e rele-

vância, o senador acredita que o texto não trouxe avanços.

O projeto foi considerado democrático por Marcelo Crivella (PL-RJ). Para ele, reacionária era a lei aprovada no governo passado. Crivella assinalou que a comissão da Casa Civil encarregada de avaliar o acesso a documentos de alto grau de sigilo, que poderiam ficar indisponíveis por 30 anos, poderá até reduzir o prazo de abertura dos arquivos ao público.

Já de acordo com César Borges (PFL-BA), o projeto afronta a Constituição ao dispor sobre cidadania e direitos políticos. Ele advertiu ainda que a sociedade civil, pela proposta, não estaria representada na comissão, que teria por incumbência definir os prazos de acesso aos documentos sigilosos.

Heráclito Fortes (PFL-PI) frisou que o projeto serve para acabar com o “mito do segredo”, muitas vezes utilizado para “coagir o cidadão”. Heráclito sugeriu que o Congresso aproveite a discussão sobre o fim do sigilo de documentos históricos para estudar mecanismos que evitem a quebra diária da privacidade do cidadão comum.

Parceria: Senado e Ministério da Defesa treinam servidores

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB) – foto –, assinou convênio, em nome do Senado Federal, com o Ministério da Defesa. A parceria busca viabilizar um programa

de capacitação profissional para os servidores das duas instituições, por meio de cursos, atividades de estudo e troca de informações.

Os servidores do ministé-

rio terão acesso aos cursos ministrados no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e na Universidade do Legislativo (Unilegis). Por sua vez, o ministério oferecerá vagas aos

servidores do Senado para palestras, simpósios, cursos de altos estudos de política, estratégia e defesa, além de visitas planejadas a programas e centros de pesquisa.



Célio Azevedo



DECISÃO Lúcia Vânia defende projeto que ajuda portador de necessidade especial

Senadora quer equoterapia pelo SUS

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu, em discurso no Plenário, a aprovação do projeto de lei de sua autoria que prevê a prática da equoterapia – modalidade de fisioterapia baseada na equitação –, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para portadores de necessidades especiais. A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Flávio Arns (PT-PR), e deverá ser votada hoje, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo a senadora, o projeto de sua iniciativa (PLS 456/03), pretende viabilizar no Brasil um recurso terapêutico e pedagógico aos portadores de deficiência e necessidades educacionais especiais. Na área de educação, por exemplo, a técnica favoreceria o processo de alfabetização e socialização dos alunos. Também ajudaria a desenvolver a autoconfiança, a afetividade e a auto-estima, acrescentou a representante goiana.

Lúcia Vânia observou que, atualmente, poucos portadores de necessidades especiais no país têm condições de frequentar aulas de equoterapia. Seu projeto beneficiaria, portanto, quem se vê privado desse tratamento por questões financeiras. Segundo pesquisa do IBGE, 29% dos quase 25 milhões de brasileiros portadores de necessidades especiais vivem em situação precária.

Lúcia Vânia elogiou, na ocasião, projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que estabelece aumento de pena para quem “utilizar, induzir, instigar ou auxiliar” jovens em assaltos, roubos, seqüestros, formação de quadrilhas e tráfico de drogas.

A senadora destacou, em seu discurso, o “tratamento exemplar” que o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, está dando à questão da Febem.

Renan diz que Senado poderá devolver MPs

■ Ele afirma que providência poderá ser adotada se não for encontrada uma solução para o excesso de medidas provisórias

Ao responder a uma questão de ordem levantada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre o excesso de medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta, o presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou preocupação com o assunto e dirigiu apelo às lideranças partidárias para que cheguem a acordo definitivo com relação à tramitação dessas proposições.

– Se não for possível avançar na regulamentação da edição de medidas provisórias, não vejo ca-

minho a não ser que sejamos mais criteriosos na admissibilidade dessas matérias. Ou o governo deixa de emitir medidas provisórias em profusão ou o Plenário terá que devolver, sim, essas MPs.

Renan esclareceu que 135 matérias já estão prontas para deliberação, mas, no entanto, estão impossibilitadas de ir a votação por causa do trancamento da pauta por MPs. Ele afirmou que, de cada dez leis aprovadas no Brasil, sete são provenientes de medidas provisórias. Em sua opinião, o fato representa inversão completa do uso desse instrumento.

“Insuportável”

– Chamo atenção ao Plenário. Essa paralisia do Senado, causada pelas medidas provisórias, está chegando às raias do insuportável.

Precisamos colocar um ponto final nisto – advertiu Renan, afirmando que a Casa tem “grande expectativa” em relação ao resultado dos trabalhos da comissão especial mista, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que está encarregada de estabelecer nova tramitação para as MPs.

Renan lembrou sugestão de Hélio Costa (PMDB-MG), de transformar em projetos de lei as medidas provisórias que não tenham urgência nem relevância. E informou que até o próximo dia 28 de abril, quando a comissão mista encerrará seus trabalhos, a questão deverá ser resolvida. Ele criticou o acordo de lideranças que determinou uma espera de, pelo menos, três dias, a fim de que se busque entendimento sobre MP em votação.

Senadores debatem solução para o impasse

A manifestação de Renan Calheiros sobre o excesso de medidas provisórias editadas pelo Palácio do Planalto teve amplo apoio das lideranças partidárias. Jefferson Péres também defendeu “providências urgentes” para que o Congresso não fique paralisado. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), aplaudiu o que chamou de “puxão de orelhas” no governo.

Antonio Carlos Magalhães, presidente da comissão mista que estuda novas regras para as MPs, elogiou a iniciativa de Renan e salientou que não há interesse do Planalto em abrir mão da prerrogativa das MPs. Ele sugeriu a Renan um prazo máximo de 15 dias, por exemplo, para regulamentação da edição dessas medidas.

Renan defendeu uma revisão no acordo firmado entre os líderes para que transcorram três sessões deliberativas, antes de uma medida provisória ser votada pelo Plenário. O líder do PFL, José Agripino (RN), quer o prazo de três sessões deliberativas, por entender que o



POLÊMICA Edição de grande número de MPs gerou demorada discussão no Plenário

período é fundamental na busca de entendimento em torno da MP.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), lembrou o compromisso entre os líderes de que toda medida provisória teria o prazo de, pelo menos, três dias para debate antes da votação. Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que Renan Calheiros medeie diálogo entre o Legislativo e o Executivo para solucionar o problema de excesso de MPs. Osmar Dias (PDT-PR) propôs que nenhuma medida entre em vigor antes da análise da comissão mista quanto à admissibilidade.

Edison Lobão (PFL-MA) recomendou ao Congresso que use a prerrogativa de rejeitar as MPs que não se enquadrem nos critérios de relevância e urgência.

Tião Viana (PT-AC) declarou concordar com as reclamações, e recordou que há o recurso de transformação das medidas provisórias em projetos de lei, se julgadas não relevantes ou não urgentes.

Heloísa Helena (PSOL-AL) chamou a atenção do Congresso para a responsabilidade que tem em barrar MPs sem os requisitos de admissibilidade.

Mercadante concorda com propostas em estudo

O líder do governo, Aloizio Mercadante, atribuiu o excesso de medidas provisórias à “baixa produtividade” do Congresso, especialmente da Câmara dos Deputados. No entanto, disse concordar com a proposta de que MPs consideradas irrelevantes e não urgentes pelos parlamentares percam a eficácia, sendo transformadas em projetos de lei.

– O fato de a Câmara ficar sem votar por três meses obriga o

governo a editar MPs – disse Mercadante.

A idéia da transformação de medidas provisórias em projetos de lei foi apresentada pelo senador Hélio Costa na comissão mista que discute novas regras para o rito de tramitação das medidas provisórias. Presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, a comissão tem recebido sugestões, como o aumento do prazo de apreciação das MPs pela Câmara

dos Deputados, de 45 para 60 dias. Outra idéia é que as medidas provisórias dariam entrada pelas duas Casas do Congresso, alternadamente, e não mais apenas pela Câmara.

Mercadante afirmou concordar com essas propostas de mudanças e com a prerrogativa de uma comissão julgar a relevância e a urgência das medidas, além da adequação do tema a esse instrumento legislativo.



PREGAÇÃO Segundo Marco Maciel, Papa falava verdades reveladas há 2 mil anos

Maciel destaca mensagens de João Paulo II

Ao comentar o significado da grande mobilização de pessoas de todos os continentes que se dirigiram a Roma por ocasião da morte de João Paulo II, Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que não há outra explicação, senão a de que ele pregava mensagens reveladas há mais de 2 mil anos, “quando o Eterno entrou no tempo através do rosto de Jesus”.

Importante também, disse, é lembrar que o Papa pregava verdades que se atualizavam ao longo do tempo. “E o fazia em um mundo que vive uma séria crise de valores, que vive uma fase de mediocridade, com os sucessivos apelos à guerra e a pregação de propostas de conteúdo meramente material e econômico”.

Maciel destacou o aspecto paradoxal do imenso prestígio do Papa, traduzido nas enormes filas que se formaram para a visita do corpo, quando todos sabiam que ele não dispunha de poder econômico, nem força militar.

– O seu desaparecimento nos traz tristeza, não luto. Há silêncio, mas não há solidão, porque a graça da fé preenche o vazio e sabemos que, com a consumação de sua vida, ele é acolhido nos braços do Criador.

Reginaldo Duarte saúda Fortaleza

Reginaldo Duarte (PSDB-CE) saudou os 279 anos de Fortaleza, lembrando que a capital do Ceará é hoje conhecida pelo belo litoral, que atrai turistas do mundo inteiro.

– Fortaleza respira turismo – disse ele, observando que, embora 1726 seja o ano oficial de fundação, a cidade surgiu em 1604, quando Pero Coelho de Souza lá aportou, erguendo o Fortim de São Tiago.



COMPARAÇÃO Segundo Mão Santa, "é mais barato manter uma família real"

Mão Santa: Lula gasta mais que Bush

O senador Mão Santa (PMDB-PI) sustentou da tribuna que o gasto do país para manutenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva supera em quase três vezes as despesas dos norte-americanos com o presidente George W. Bush. Comparando-se com o gasto da família real da Grã-Bretanha, a Presidência brasileira tem um custo superior a seis vezes, afirmou. Os números, conforme cópia de documento citado pelo senador, foram "fornecidos pelo deputado Delfim Netto".

– É mais barato manter uma família real do que um presidente da República operário. O custo da família real da Inglaterra é de 1,87 dólar por habitante, nos Estados Unidos fica 4,60 dólares e, no Brasil, o valor é de 12 dólares. Nosso presidente é 'Lula, o gastador'. E o PT é o partido dos tributos – afirmou Mão Santa, em tom de ironia.

Seguridade

O parlamentar leu ainda trechos de reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* de segunda-feira, a qual cita estudo demonstrando que o sistema brasileiro de seguridade social teve, em 2004, um saldo positivo de R\$ 42,54 bilhões.

Conforme o senador, o documento mostra que, mesmo depois de retirados da seguridade social os 20% da Desvinculação de Receitas da União (DRU), os R\$ 17,6 bilhões restantes foram usados na formação do superávit primário da União.

– O dinheiro da seguridade social está sendo usado para pagar os juros mais altos do planeta – acrescentou.

Renan destaca posição do Senado contra o nepotismo

■ Ele lembra que a Casa aprovou lei que proíbe emprego de parentes no serviço público e espera que a Câmara faça o mesmo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou ontem sua posição contra o nepotismo, ao ser indagado sobre a votação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, de projeto proibindo o emprego de parentes

no serviço público.

– Já aprovamos uma lei que proíbe o nepotismo, e é importante que ela caminhe na Câmara também – disse Renan, referindo-se a projeto de autoria do então senador Roberto Freire, que aguarda o pronunciamento dos deputados.

O senador não quis se pronunciar a respeito das declarações do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, sobre o assunto.

– Não quero comentar. Eu sou amigo do Severino, tenho muita convergência com ele. Não quero

falar das coisas que nos dividem – concluiu.

Reforma política

Renan defendeu a priorização da reforma política, ao abrir ontem os trabalhos do seminário "A Reforma do Voto", realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Universidade do Legislativo (Unilegis) e Instituto dos Advogados do DF.

O senador acredita que a eleição municipal de 2008 poderá ser "o laboratório da reforma política", testando inovações como a lista partidária mista.



DEBATES Serys, Renan, o ministro Sepúlveda Pertence e Efraim Moraes participam da abertura do seminário "A Reforma do Voto"

Garantia constitucional de recursos para segurança

Ao receber ontem representantes do Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública do Brasil, Renan defendeu o estabelecimento de uma vinculação constitucional de recursos para a segurança – a exemplo do que já acontece com a saúde e a educação.

Em documento apresentado pelo presidente do colegiado, Francisco Gualberto Bezerra, os secretários

protestaram contra o contingenciamento de verbas destinadas ao setor neste ano e apontaram uma "transferência indevida" para os estados do ônus com as ações de combate à violência.

Renan, ao comentar sobre o Estatuto do Desarmamento, ensejou a realização isolada do referendo sobre proibição de armas, sem a inserção de perguntas sobre outros

temas, para evitar a pulverização e o enfraquecimento do tema.

– A consulta vai dar concretude a uma decisão que foi consequência de uma ampla mobilização, e, na medida que você divide o referendo com outra consulta, acaba enfraquecendo a tese – disse.

Ele descartou o argumento de redução de custos para agrupar várias consultas num único referendo.

Motta defende financiamento público de campanha eleitoral

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) defendeu o financiamento público de campanhas eleitorais, um dos pontos da reforma política, como forma de acabar com "os negócios" nas eleições. O senador entende que o país tem competência para adotar um modelo próprio capaz de produzir uma política séria. Ele indagou por

que a nação não tem coragem de adotar essa política, depois de anos em discussão.

O parlamentar lamentou que "oportunidade de ouro" esteja se perdendo sob o comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, em sua opinião, seria o único em condições de "colocar o país nos eixos".



ACERTO Para João Batista Motta, medida eliminaria "os negócios" nas eleições



ALERTA Mercadante pede solução para menores que estão em presídios paulistas

Febem de SP preocupa Mercadante

Ao registrar que entidades de direitos humanos e de defesa de adolescentes identificaram marcas de maus-tratos em internos da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) que estão alojados na penitenciária de Tupi Paulista (SP), o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) fez um apelo ao governo de São Paulo no sentido de que reveja a decisão de manter menores em presídios. Mercadante colocou-se à disposição do governador Geraldo Alckmin para buscar soluções para o problema.

O senador lembrou que há mais de dez anos a Febem paulista enfrenta problemas. Ele registrou que somente nos últimos três meses ocorreram mais de 20 rebeliões. Na sua avaliação, o modelo atual da Febem não permite que os menores sejam tratados sob uma perspectiva de reinserção na sociedade.

Mercadante também comunicou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de sua autoria que aumenta a pena de 4 para 15 anos de prisão, além de multa, para quem utilizar, induzir, instigar ou auxiliar jovens a praticarem crimes como assaltos, roubos, seqüestros, formação de quadrilha e tráfico de drogas. Ele acrescentou que a matéria foi aprovada por unanimidade.

Mercadante também destacou o acordo fechado entre os governos federal e paulista para viabilizar empréstimo de R\$ 390 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a expansão da Linha 2 do metrô daquele estado.

Para Arthur Virgílio, governo erra em manter Dirceu na Casa Civil

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) – foto –, criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por manter José Dirceu no cargo de ministro-chefe da Casa Civil, "com graves consequências para a articulação política e a administração pública". De acordo

com o parlamentar amazonense, o mais recente erro político cometido por Dirceu foi tentar "silenciar" Virgílio por intermédio de outras pessoas, cujos nomes o líder não revelou.

– Se ele pensa que me calará, precisa internar-se no primeiro hospital

público psiquiátrico – disse Virgílio.

A má atuação do ministro, segundo o senador, se refletiria em questões como a medida, agora revogada, que tirou dos médicos a decisão sobre internações em unidades de tratamento intensivo (UTIs).

– Se a posição do governo em relação às UTIs era boa, por que está sendo revogada? – questionou Virgílio, que pediu a saída do ministro da Saúde, Humberto Costa, por não saber se explicar e por ter um assessor acusado de corrupção.



SAÚDE

Paulo Brossard afirma que nem mesmo uma lei poderia decretar intervenção no setor de saúde da cidade do Rio, enquanto consultor jurídico sustenta legalidade do ato. Mercadante e Jefferson dizem que só o Judiciário pode revogar medida

Consultor diz que decreto tem apoio na legislação

A intervenção federal no setor hospitalar do município do Rio de Janeiro tem respaldo legal, já que normas constitucionais garantem a proteção à vida e à saúde da população, disse ontem o consultor jurídico do Ministério da Saúde, Adilson Batista Bezerra, em depoimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

A audiência pública foi convocada com o objetivo de debater a legalidade ou não do decreto assinado pelo presidente da República, no mês passado, que declarou estado de calamidade pública em hospitais cariocas ligados ao Sistema Único de Saúde.

Para o consultor jurídico, a intervenção federal, nos moldes da ocorrida no Rio de Janeiro, não é uma experiência nova. Ele lembrou que, não só no passado, como também durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a União se viu obrigada a decretar a intervenção em determinados municípios, depois de constatar "a instalação do caos na saúde".

No caso do Rio, Adilson

Batista Bezerra afirmou que o município não teria cumprido as suas obrigações, mesmo estando habilitado na chamada gestão plena do sistema de saúde, de âmbito federal, aceita pela prefeitura, e que requer o cumprimento de uma série de exigências. Em contrapartida, informou, a prefeitura recebe mais recursos federais.

O consultor jurídico observou que, a partir de 1999, a situação da saúde no município do Rio piorou. As filas em frente aos hospitais cresceram; não houve a desejada implementação do programa Saúde da Família e ocorreu total sucateamento de equipamentos médico-hospitalares e ausência de medicamentos.

Dificuldades de gerenciamento, fechamento de unidades de emergência em hospitais, como o do Andaraí, e falhas na implementação de equipes do Sistema de Atendimento Móvel de Emergência (Samu) também fizeram com que o governo federal, no entender do consultor, optasse por intervir na saúde do Rio de Janeiro.



DEBATE Entre Demostenes, Brossard (ambos à esquerda) e Adilson Bezerra, Antonio Carlos preside audiência na CCJ

Brossard: intervenção no Rio é inconstitucional

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Paulo Brossard afirmou que a intervenção federal no sistema de saúde municipal do Rio de Janeiro é inconstitucional. Em audiência pública realizada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ele assinalou que os poderes de competência municipal, inclusive o de "cuidar da saúde e assistência pública", são outorgados pela Constituição, que coloca em mesmo pé de igualdade "União, estados, Distrito Federal e municípios".

– Os poderes que o município brasileiro tem não podem ser desabilitados. Nenhuma lei poderia fazer isso, porque, se o fizesse, seria inconstitucional. Um decreto que desabilitou de forma muito clara o poder de um município não pode prevalecer.

O objetivo da audiência foi instruir o projeto de decreto legislativo de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE) sustando o decreto de 10 de março, que declarou estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde no município do Rio de Janeiro e determinou a intervenção federal.

Brossard destacou que a Constituição prevê apenas uma possibilidade de intervenção: se o município se localizar em um território, não em estado. E essa condição não se aplica ao Rio de Janeiro nem a nenhum outro município atualmente, uma vez que não há mais territórios no país.

Brossard vê ainda outro problema jurídico na intervenção. De acordo com o jurista, o decreto "requisita bens e servidores" dos hospitais da

Lagoa, Andaraí, Jacarepaguá, Ipanema, Souza Aguiar e Miguel Couto, todos municipais. Mas ele lembra que a legislação brasileira não prevê a desapropriação de bens públicos, somente de bens particulares e, mesmo assim, em momentos de calamidade pública, de emergência, e sujeitos a indenização posterior.

O jurista disse ter ficado apreensivo com a situação criada no Rio de Janeiro, acrescentando que teme quando vê uma "inovação dessas" que cria um "mau precedente".

– Quando se aplica uma medida dessas pela primeira vez, pode-se vir a criar um problema, que depois leva tempo para ser erradicado – afirmou, destacando que a questão da saúde pública é grave e séria, mas envolve todas as esferas de poder, não apenas os municípios.

Maciel espera que ato seja sustado pelo Congresso

O projeto de decreto legislativo apresentado pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) propõe que seja sustada a aplicação dos incisos V e VI do artigo 2º do Decreto 5.392/05, que declara estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde no município do Rio de Janeiro. Para Maciel, o decreto presidencial não está amparado pela legislação.

O parlamentar do PFL, mesmo partido do prefeito César Maia, argumenta que o inciso XIII do artigo 15 da Lei 8.080/90, no qual o governo se baseou para editar o ato de intervenção, não diz respeito a pessoas jurídicas de direito público, como é o caso dos dois hospitais municipais atingidos.

O referido inciso estabelece que, "para atendimento de necessidades urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, calamidade pública ou irrupção de epidemias, a

autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada indenização".

Argumento

Na justificação de seu projeto, Marco Maciel sustenta que, como não se trata de requisição, pois os bens ocupados pelo governo federal pertencem ao município do Rio de Janeiro, e não foi decretado estado de defesa, "a medida configura indevida intervenção federal".

– De fato, produziu-se engenhosa fórmula para evitar o rito exigido pela Constituição e propiciar a intervenção da União diretamente na gestão dos serviços públicos municipais – afirmou o senador. Maciel assegurou que, de acordo com a Constituição, cumpre ao Congresso Nacional sustar os atos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

Senadores discutem medida do governo

Apenas o Judiciário poderá revogar o decreto que declara calamidade pública no setor hospitalar da cidade do Rio, declararam Aloizio Mercadante (PT-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), durante a audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O ex-ministro Paulo Brossard, no entanto, informou que a possibilidade de se modificar um decreto por via legislativa é uma inovação da Constituição de 1988. Segundo ele, o grande problema jurídico em relação à questão é a prerrogativa aberta pela União de "requisitar serviços públicos municipais protegidos pela Constituição".

O relator do projeto, Demostenes Torres (PFL-GO), disse que a gestão da saúde é

responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Por essa razão, argumentou, se há calamidade pública no Rio, todos teriam responsabilidade no caso.

Mercadante concordou com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, que considerou constitucional o decreto. E destacou que "todos os pleitos jurídicos contra o decreto foram negados até agora".

Jefferson Péres afirmou que a medida da União é ilegal, para assinalar que a anulação só poderia ocorrer na esfera do Poder Judiciário.

Também debatendo o assunto, Jorge Bornhausen (PFL-SC) ponderou que a "desabilitação do município do Rio para cuidar da saúde pública fere o

pacto federativo".

Ideli Salvatti (PT-SC) argumentou que se a União não intervisse poderia ser acusada de omissão.

Já Sérgio Cabral (PMDB-RJ) pediu a imediata aprovação do projeto de decreto legislativo que susta a intervenção federal na saúde do Rio de Janeiro.

Para Marcelo Crivella (PL-RJ), o que interessa à população carioca é que a situação começou a melhorar com a intervenção federal – há mais remédios e os equipamentos reapareceram.

Participaram ainda dos debates os senadores José Agripino (PFL-RN), Heráclito Fortes (PFL-PI), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marco Maciel (PFL-PE), que solicitou a realização de nova audiência.



FOCO Eduardo afirma que governo deve se concentrar mais nas questões internas

Eduardo: falta um projeto nacional

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou ontem que o governo federal faria melhor se, em vez de pretender um lugar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, criasse programas de desenvolvimento capazes de promover o verdadeiro desenvolvimento nacional. Eduardo pediu mais ênfase do governo do presidente Lula nas questões internas do país, dizendo que a intervenção decretada nos hospitais do Rio de Janeiro poderia ser ampliada para seu estado, o Tocantins, e para todo o país, mas incluindo outros setores como saúde, educação e transportes.

– Ainda está faltando um líder e a convocação para um grande projeto nacional – afirmou o senador.

Eduardo Siqueira Campos criticou a grande quantidade de ONGs que existem no Brasil substituindo o poder público. Enquanto isso, acrescentou, o país continua a exportar soja e minério de ferro bruto e tenta se tornar uma liderança mundial com o seu ingresso no Conselho de Segurança da ONU.

Ele disse que há quatro anos vem ressaltando o interesse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul e reconheceu a importância da recente informação do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, de que as obras daquela ferrovia deverão ser as primeiras dentro do modelo da lei das parcerias público-privadas (PPPs).

Agricultura convoca três ministros para audiência

■ **Ciro Gomes e Marina Silva serão ouvidos sobre a Amazônia e Antonio Palocci sobre financiamento da safra**

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), anunciou a realização de audiência pública com os ministros da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, e do Meio Ambiente, **Marina Silva**, para discutir o Plano da Amazônia Sustentável, no dia 3 de maio (terça-feira), às 10 horas.

A CRA aprovou, ainda, requerimentos para realizar audiências públicas com o ministro da Fazenda, **Antonio Palocci**, sobre recursos para financiamento e comercialização da safra de 2005, e com o



PREJUÍZOS Jonas Pinheiro (no microfone, à esquerda) alerta membros da comissão para o aumento do custo da produção da soja em seu estado, Mato Grosso

secretário especial da Aqüicultura e Pesca, **José Fritsch**. Ainda durante a reunião da CRA, o senador **Jonas Pinheiro** (PFL-MT) alertou para o aumento do custo de produção da soja em Mato Grosso, em decorrência da praga da ferrugem asiática.

E o senador **Osmar Dias** (PDT-PR) manifestou preocupação com a possibilidade de surtos da febre aftosa por entender que países fronteiriços ao Brasil, como Bolívia, Paraguai e Argentina, não realizam controle rígido da doença.

Agripino quer que projetos do governo beneficiem o RN



O senador **José Agripino** (PFL-RN) – foto – garantiu ontem que lutará para que seu estado seja beneficiado no projeto de transposição de águas do rio São Francisco, que deve captar até 1% de suas águas para perenizar rios no semi-árido nordestino. Ele também reclamou que o projeto

da Ferrovia Transnordestina exclui o Rio Grande do Norte de seu traçado.

– Eu apóio a transposição, que pode ajudar o meu estado, mas acho que seria melhor viabilizar os projetos de irrigação já existentes – declarou. Segundo ele, a transposição tem intenções político-eleitorais.

Paraíba se mobiliza por transposição, diz Suassuna



O senador **Ney Suassuna** (PMDB-PB) – foto – comunicou que, no próximo sábado, haverá um encontro de representantes de diversos municípios paraibanos, na cidade de Pombal (PB), para debater e propor soluções que viabilizem a transposição do rio São Francisco.

O evento é promovido pelo comitê de defesa do projeto de integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste setentrional e contará com a presença de políticos, técnicos da área de recursos hídricos e da população.

O senador destacou que do encontro sairá um documento com o resultado dos debates.

Osmar Dias critica corte de verba para defesa agropecuária no país

O senador **Osmar Dias** (PDT-PR) chamou atenção para a postura de “negligência e imprudência” adotada pelo governo federal ao decidir reduzir os recursos orçamentários para defesa sanitária no país. Em vez de aumentar essa verba, de R\$ 160 milhões para R\$ 350 milhões, conforme pleiteava o

Ministério da Agricultura, o Ministério do Planejamento teria disponibilizado apenas R\$ 37 milhões para o controle da sanidade animal. Segundo adiantou, esse corte já levou o ministro da Agricultura, **Roberto Rodrigues**, a pedir recursos do Ministério da Saúde para a defesa agropecuária.



FRUSTRAÇÃO Osmar Dias destaca que, em vez de aumentar, recursos diminuíram

Marcha do MST sairá de Goiânia em direção ao DF, anuncia Suplicy

No próximo dia 17 de maio, os trabalhadores rurais sem-terra vão fazer um grande ato público na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em favor da reforma agrária e contra a violência no campo. A informação é do

senador **Eduardo Suplicy** (PT-SP) – foto –, que ocupou a tribuna ontem para exaltar o evento e, ao mesmo tempo, conchamar parlamentares e membros do governo a dialogar mais com as lideranças do movimento, em particular

com as que representam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ele anunciou que participou de reunião na cidade de Mirante do Paranapanema (SP), ocasião em que 12 prefeitos discutiram

a criação de associação para representar os interesses dos municípios que têm projetos de reforma agrária em andamento. A marcha do MST será iniciada em Goiânia no dia 1º de maio e chegará a Brasília no dia 17.



ACESSO Serys comemora decisão de levar energia elétrica para o Araguaia

Serys destaca programa Luz para Todos

A senadora **Serys Slessarenko** (PT-MT) comemorou o resultado de reunião da qual participou na última segunda-feira, na sede da Eletronorte, em Brasília, quando ficou definido que o Comitê Gestor do programa Luz para Todos, o Ministério de Minas e Energia e a Eletronorte levarão energia elétrica, em um prazo máximo de um ano e meio, para cerca de 15 mil famílias de pequenos agricultores que vivem na região do Araguaia, em Mato Grosso.

– Não se concebe que em pleno século 21, em pleno período de desenvolvimento tecnológico em que se discutem as novas conquistas espaciais e cibernéticas, o homem simples do vale do Araguaia não possa ter acesso às coisas mais simples da vida como um copo de água gelada, ou desenvolver sua lavoura, preservar seus alimentos ou se comunicar com o resto do mundo – afirmou.

A atuação dos deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso **José Carlos do Pátio** (PMDB) e **Verinha Araújo** (PT) na defesa da região do vale do Araguaia foi destacada pela senadora. Serys também elogiou a ministra de Minas e Energia, **Dilma Rousseff**, e o governo **Luiz Inácio Lula da Silva** pela execução do programa Luz para Todos, que pretende universalizar o acesso à energia elétrica. O senador **Gerson Camata** (PMDB-ES), em aparte, também elogiou a ministra e destacou a importância da energia elétrica no mundo moderno.



Fotos: J. Freitas



CONVERGÊNCIA Heitor Pinto e Silva Filho, Cláudio de Moura Castro, José Antônio dos Reis e Marina Barbosa Pinto participam de debate na Comissão de Educação

Heloísa apela por servidor da Funasa

Apesar de os processos já terem transitado em julgado e a Justiça haver determinado o pagamento das perdas salariais provocadas pelos planos econômicos Bresser, Verão e pela URV, os servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) ainda não receberam um centavo sequer. A denúncia foi feita ontem pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que apelou ao governo federal para que libere os recursos necessários ao pagamento das perdas salariais. Segundo a senadora, é preciso adotar uma medida rápida e eficaz para pagar os prejuízos causados por esses planos econômicos.

– O governo federal não resolve nem mesmo a questão dos trabalhadores da Funasa contaminados por inseticida, os mata-mosquitos.

Sergipe vai sediar Cúpula da Família

O estado de Sergipe vai sediar, de 4 a 7 de dezembro deste ano, a Cúpula Mundial da Família, movimento internacional que conta com o patrocínio da ONU. O anúncio foi feito ontem pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). O movimento, segundo a senadora, visa ao fortalecimento dos laços familiares, necessário à organização de sociedades mais estáveis.

No encontro ocorrido no fim de 2004, na província de Sanya, China, o governo de Sergipe apresentou, conforme explicou Maria do Carmo, um de seus projetos relativos ao fortalecimento da família em contextos sociais, que já atendeu mais de 120 mil pessoas. Graças à proposta, Sergipe acabou escolhido para sediar o encontro de dezembro.

Renan é convidado a discutir regulação

Presidente da Associação Brasileira de Agências Reguladoras (Abar), Maria Augusta Feldman, convidou o presidente do Senado, Renan Calheiros, para participar da solenidade de abertura do 4º Congresso Brasileiro de Regulação, que será realizado em Manaus, em maio. “Pedimos, inclusive, que o presidente Renan faça uma intervenção sobre o papel das agências reguladoras”, acrescentou.

Maria Augusta disse que a Abar está à disposição do Senado para oferecer subsídios à discussão do projeto, ainda em tramitação na Câmara, que procura definir o papel e as competências das agências reguladoras. “Até porque entendemos que a atividade regulatória sem autonomia, sem neutralidade, sem equidistância, perde sua função.”

Proposta de reforma universitária recebe críticas em audiência

Hélio Costa observa que objetivo dos debates é aprimorar projeto que será enviado pelo Executivo

A proposta de reforma universitária elaborada pelo governo recebeu críticas dos quatro expositores convidados para a segunda audiência pública sobre o tema, promovida ontem pela Comissão de Educação (CE). Autor do requerimento para a realização do debate, o presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), afirmou que o objetivo dos encontros é aprimorar a proposta que será enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional.

O presidente da Associação Nacional das Universidades

Particulares (Anup), Heitor Pinto e Silva Filho, disse que o Brasil não tem que fazer reforma universitária, mas apenas regulamentar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

– A educação é perene, não pode ser modificada a cada governo e a cada ministro. A LDB é boa. Precisamos apenas estabelecer regras de conduta para ela – assinalou Silva, ao criticar também o número “exagerado” de universidades privadas criadas no governo anterior.

Para a presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Marina Barbosa Pinto, o processo de discussão promovido pelo governo deixou muito a desejar, pois não aprofundou o debate sobre as

soluções que considera viáveis para recuperar as universidades. O Andes entende que há vários pontos importantes que devem ser analisados antes que o governo envie o projeto ao Congresso. Entre eles estão as questões da concepção federal, da democratização, do financiamento e da autonomia do ensino superior.

Na opinião do presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), José Antônio dos Reis, é preciso entender que educação é política pública e não política de governo. Ele acredita ainda que, para se fazer uma reforma universitária desse âmbito, é necessário que haja um pacto com a sociedade. Reis criticou também a falta de referência às universidades estaduais

e municipais no documento que está sendo preparado pelo governo.

– O sistema estadual e municipal é maior que o federal. Mandamos ofício ao ministro da Educação pedindo que respeite a autonomia dos estados e solicitando a participação da União nesse financiamento.

A questão das cotas – mecanismo pelo qual o governo tenta garantir o acesso ao ensino superior a alunos oriundos de escolas públicas, a negros e às minorias – é um dos principais problemas da proposta, segundo o professor e economista Cláudio de Moura Castro.

– Deixar para corrigir esse problema na entrada da universidade é muito tarde. A questão tem que ser vista no início do processo, no ensino fundamental.

Mesquita Júnior defende extinção do MEC

Após a exposição dos debatedores sobre a reforma universitária, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) defendeu a idéia de que o melhor projeto para o setor educacional deveria conter apenas um artigo: o que assegurasse a extinção do Ministério da Educação (MEC).

– O ensino fundamental é competência dos municípios, o ensino médio, dos estados, e o ensino superior público é autarquizado. O MEC serve para quê? O ministério apenas burocratiza a transferência de recursos. Não se pode imaginar uma reforma que substitua outra burocracia. Reforma-se quando não se tem competência de mudar. Os recursos consumidos pela estrutura

do ministério serviriam para melhorar a remuneração dos professores – disse.

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) defende a existência do ministério, assim como o aprimoramento da proposta de reforma universitária elaborada pelo governo federal.

– Discordamos do projeto em muitos sentidos. Isso é bom e legítimo. Mas, se o MEC teve a ousadia de encaminhar a proposta, ele teve a ousadia de provocar o debate. Se apenas os ricos têm acesso à educação e os pobres não têm, alguma coisa tem que ser feita.

Para o presidente da Anup, Heitor Pinto e Silva Filho, a reforma educacional ideal tem que privilegiar o desenvolvimento educacional dos

brasileiros e as particularidades regionais.

– Estamos considerando a educação de forma muito metodológica. O homem não é aquele que entra numa máquina e sai pronto.

Para a presidente do Andes, Marina Barbosa Pinto, o governo federal precisa definir a complementaridade entre os sistemas público e privado de educação. Porém, ressaltou, a opção preferencial deve recair sobre o sistema público, como forma de garantir a democratização do acesso à educação.

– A juventude, os negros e os povos originários devem estar na escola pública e chegar na universidade. A política de cotas é apenas uma parte desse processo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros, Romeu Tuma, Papaléo Paes e Osmar Dias